

OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM VITICULTURA E ENOLOGIA NA REGIÃO DA SERRA GAÚCHA

Sergio Ricardo Pereira Cardoso*

Resumo: Há no imaginário coletivo a ideia de que os imigrantes da Serra Gaúcha teriam trazido a tradição e qualidade da viticultura e enologia da Europa, desmerecendo os esforços do governo brasileiro, desde o Império, no tocante à qualificação/formação profissional do segmento produtivo de viticultura e enologia no Brasil. Sendo assim, este artigo tem como objetivo principal tecer a evolução de tais investimentos que, com o passar dos tempos, foram se transformando em políticas públicas em educação profissional, configurando-se como os primórdios da educação profissional no Brasil e, mais especificamente, na região serrana do Rio Grande do Sul. As fontes de pesquisas vão desde a legislação e relatório ministeriais do Império à República Brasileira até registros antigos do Câmpus Bento Gonçalves, pertencente ao IFRS. Desmistifica-se, portanto, a vocação inata dos imigrantes italianos em relação à produção de uva e vinho, pois os dados levam a crer que esta identidade foi forjada nas políticas públicas educacionais. A criação da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves é um exemplo disso, cuja atuação na formação de profissionais na área em questão foi decisiva para a economia do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Profissionalizante. Viticultura e Enologia.

1 Preâmbulo

A vitivinicultura brasileira, desde 1980, vem sofrendo um processo significativo tanto quantitativo como qualitativo. Prova disso, é a inclusão do Brasil, em 1995, na Organização Internacional da Uva e do Vinho (OIV), impulsionando ainda mais os padrões de qualidade de nossa produção.

Segundo o panorama da vitivinicultura brasileira em 2011 (MELLO, 2012), o Rio Grande do Sul é o “principal Estado produtor de uvas e vinhos do país” (p.01), sendo responsável por 90% da produção nacional de vinhos e suco de uvas (p.03). Todo esse desempenho do Rio Grande do Sul se dá principalmente pelos investimentos em pesquisa e qualificação de pessoal na região da serra gaúcha desde a segunda metade do século XIX.

Em Bento Gonçalves, mais especificamente, isso se deve principalmente à constituição da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves, pela Lei nº 3.646/59, que mais tarde, pelo Decreto nº 53.558/64, passa a denominar-se Colégio de Viticultura e Enologia (CVE). Em 1979, um novo decreto (83.935/79), altera novamente o nome da instituição para Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves (EAFBG), nome que duraria

* Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Câmpus Rio Grande. Doutor em Educação (História da Educação).

até 1985, quando a Lei nº 7.390/85 modificaria sua denominação para Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek (EAFPIJK). Entretanto, o maior salto qualitativo na profissionalização de viticultores e enólogos foi a implementação do Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia em 1994, começando a funcionar de fato em 1995.

Flávio Abreu Souza, em sua tese “Mudanças promovidas no setor vitivinícola do Rio Grande do Sul pela inserção de profissionais especializados nas áreas de viticultura e enologia” ratifica a importância desta instituição educacional ao concluir que,

Singularmente, o CEFET-BG [atual IFRS - Câmpus Bento Gonçalves], única instituição no Brasil a formar técnicos desde 1962 e tecnólogos desde 1998, promoveu significativamente o desenvolvimento da cadeia da uva e do vinho, especialmente no Rio Grande do Sul, o que contribui sobre maneira para que milhares de famílias detenham atualmente os mais elevados padrões de qualidade de vida do país (SOUZA, 2005, p.134).

Sendo assim, o objetivo deste artigo é traçar um histórico da constituição do ensino profissionalizante em viticultura e/ou enologia desde a segunda metade do século XIX, tendo como objeto de análise principal o Câmpus Bento Gonçalves, pertencente o IFRS. Entre as fontes de análise, destacam-se as mensagens ministeriais relativas à agricultura desde o final do século XIX, bem como referências bibliográficas que tratam da viticultura e/ou enologia, porém sem um olhar da História da Educação.

É importante salientar que este estudo está no início e, portanto, carece de se buscar mais fontes para uma análise mais profunda do fenômeno histórico-educacional em questão. Então, admite-se, desde já, que muitas lacunas permanecerão, pois a falta de uma cultura de se guardar registros, tanto em nível municipal quanto escolar, dificulta por deveras o resgate da memória educacional, principalmente no que tange à Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves. No entanto, é sabido que

[...] o olhar centrado nas organizações escolares não deve servir para excluir, mas antes para contextualizar todas as instâncias e dimensões presentes no acto educativo. É esta capacidade integradora que pode conceder à análise das organizações escolares um papel crítico e estimulante, evitando uma assimilação tecnocrática ou um esvaziamento cultural e simbólico (NÓVOA, 1992, p. 20).

Sendo assim, o esforço aqui empreendido é mais do que justificado pela reconstrução da memória da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves, que tanto fez pela comunidade da serra gaúcha na segunda metade do século passado.

2 A necessidade de qualificar a produção de uva e vinho no Brasil

Segundo Souza (1969), entre os responsáveis pela introdução da vitivinicultura no Brasil, dá-se o primeiro crédito ao português Martin Afonso de Souza, que aportou no Brasil no ano de 1532, e, entre outros feitos, introduziu videiras trazidas da ilha de Madeira, dos Açores e outras localidades pertencentes ao Reino de Portugal.

O autor registra que as primeiras experiências, ocorridas no litoral do Estado de São Paulo, malograram devido à incidência constante de fungos que, diante das altas temperaturas e umidade daquela região, se desenvolviam demasiadamente. Após o insucesso das primeiras tentativas na região litorânea de São Paulo, Brás Cubas, em torno de 1551, conseguiu cultivar as videiras na região de Taubaté-SP, começando de fato a se desenvolver a viticultura no Brasil. Posteriormente ao sucesso de Brás Cubas, que produziu os primeiros vinhos no Brasil, as videiras foram cultivadas em outras regiões brasileiras.

Os registros indicam, entretanto, a aceitação das videiras em São Paulo e na Bahia, como indica o registro de Gabriel Soares de Souza sobre a produção de vinho no Brasil, em seu “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, referindo-se á produção de vinho em São Paulo e na Bahia.

[...] os moradores da vila de São Paulo têm já muitas vinhas; e há homens nela que colhem já duas pipas de vinho por ano, e por causa das plantas é muito verde, e para se não avinagrar lhe dão uma fervura no fogo (p.114) [...] Das árvores a principal é a parreira, a qual se dá de maneira nesta terra [Bahia], que nunca lhe cai a folha, se não quando a podam que lha lançam fora; e quantas vezes a podem, tantas dá fruto; e porque duram poucos anos com a fertilidade, se as podam muitas vezes no ano; é a poda ordinária duas vezes para darem duas novidades, o que se faz em qualquer tempo do ano conforme ao tempo que cada um quer as uvas, porque em todo o ano madurecem e são muito doces e saborosas, e não amadurecem todas juntas [...] mais não há naquela terra [Bahia] mais planta que de uvas ferrais e outras uvas pretas, e não há nessa terra muitas vinhas é por respeito das formigas, que em uma noite dão numa parreira, lhe cortam a folha e fruto e o lançam no chão; pelo que não há na Bahia tanto vinho como na ilha da Madeira, e como se dá na capitania de São Vicente [São Paulo] porque não tem formiga que lhe faça nojo, onde há homens que colhem já a três e quatro pipas de vinho cada ano, ao qual dão uma fervura no fogo por se lhe não azedar o que deve de nascer das plantas (SOUZA, 1969, p.166).

O primeiro marco histórico da introdução de videiras no Rio Grande do Sul é o ano de 1626, quando o padre Roque Gonzáles, natural de Buenos Aires, plantou na região das missões jesuítica; após estas terem sucumbido aos arranjos do *pacto colonial*, a viticultura decresceu consideravelmente na região (SOUZA, 1969; REAL, 1981).

O decréscimo da produção de uva e vinho se deu praticamente em todo o Brasil, pois decretos foram baixados pela corte portuguesa com a finalidade de evitar a concorrência com a metrópole, como escreve Taunay (1924, vol.I, p.29) referindo-se ao caso de São Paulo, que produzia larga quantidade de vinho o que prejudicava o comércio metropolitano.

O segundo marco histórico da vitivinicultura no Rio Grande do Sul se dá no século XVIII, mais precisamente em 1727, quando a colonização portuguesa introduz diversas *viníferas* na região de Rio Grande - RS. Posteriormente, por volta de 1742, imigrantes açorianos levaram a viticultura a outros pontos do Estado, destacando-se Rio Pardo e Porto Alegre, promovendo um verdadeiro renascimento da vitivinicultura gaúcha (POMMER, 2003).

Entretanto, é no século XIX que se dará a produção de vinho brasileiro em larga escala econômica, principalmente em decorrência da vinda da família real para o Brasil:

[...] Com a vinda da família real, além da abertura dos portos e da liberdade de implantação de indústrias, além da abertura dos portos e da liberdade de implantação de indústrias no país, foi criada a Junta do Comércio do Rio de Janeiro [...] reconhecendo e isentando esta nova atividade [vinivicultura] do pagamento de dízimos, devido “à grande utilidade que se seguirá da cultura das vinhas e do fabrico de vinho, criando-se um novo ramo de artigo de comércio e exportação” (REAL, 1981, p.29).

Sendo assim, em 1813, Rio Pardo torna-se “o berço da viticultura rio-grandense, ao iniciá-la, em escala industrial, oficialmente no Brasil” (REAL, p.29). Entretanto, é com a chegada dos imigrantes no Rio Grande do Sul, a partir de 1870, que se dá um surto da produção de uva e vinho não só no Rio Grande do Sul, mas no Brasil, notadamente, além deste, São Paulo, como indica o relatório apresentado pelo Ministro e Secretário de Estado dos “Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas” (NACOP), José Fernandes da Costa pereira Júnior, à Assembleia Geral Legislativa.

Posto que incipiente, esta indústria mostra-se em condições auspiciosas nas províncias de S. Paulo e São Pedro do Rio Grande do Sul. [...] A fabricação do vinho é muito circunscrita e imperfeita. Houve, porém estabelecimento que fabricou no ano próximo findo mais de 180 pipas, e outros tiveram safras superiores a 80. O vinho produzido em qualquer destas províncias é fortemente acidulado e não pode ainda concorrer com os de regular qualidade que importamos. É, porém, de esperar do natural desenvolvimento desta indústria a introdução de novas espécies de videiras e da melhoria nos processos de fabricação, resultados mais avantajados quanto a qualidade do gênero [...] (RELATÓRIO DOS NACOP, 1873, p.16).

É perceptível que a produção de uva e vinho no Brasil não tinha competitividade frente ao comércio exterior e, em se tratando de qualidade, nem concorreria no mercado interno diante dos vinhos importados. Dessa maneira, o governo imperial, a fim de retificar a qualidade da produção agrícola brasileira — incluindo a produção de uva e vinho, na década seguinte aposta na educação profissional, conforme o relatório a seguir (RELATÓRIO DOS NACOP, 1888):

[...] Outra matéria que entra nas cogitações do Governo Imperial é o serviço de escolas agrícolas, cujas vantagens não é preciso encarecer ante vós. Em lugar competente, dou notícias da Escola Agrícola de São Bento das Lages (Bahia), bem como da estação agrônômica (S. Paulo) [...]. ***O ensino profissional é o modo de dar à agricultura outras condições e hábitos, e assim outro futuro***; Ela deve perder, com o instrumento colonial do trabalho, o processo rudimentar, colocando-se ao nível do progresso e vida nova de que já lhe dão exemplos muitos agricultores (p.07). [...] Chegou a esta corte, no mês de junho, o professor Francisco Dafert, contratado na Alemanha para fundar uma estação agrônômica no Brasil. [...] o lugar escolhido para aquele estabelecimento foi o município de Campinas, província de S. Paulo. [...] Esta é a primeira estação agrônômica do Brasil. O governo velará pela boa do ensaio, e ***tratará de o reproduzir, com o vosso consentimento, em outras regiões do Império*** (p.11). [grifo intencional]

Notadamente, o Império enxerga na agricultura uma esperança de alavancar a economia brasileira no último quarto do século XIX, mas para isso seria preciso mudar o paradigma de produção do agricultor, destinada principalmente ao consumo familiar; daí a missão da educação profissional: proporcionar essa mudança de paradigma, ou seja, elevar a produção para atender às necessidades do mercado. E, entre os produtos agrícolas que mais apresentavam sinais de prosperidade econômica, estava a produção de uva e vinho, facilmente demonstrado no trecho a seguir:

No último relatório foram-vos transmitidas informações coligidas acerca da cultura da vinha e da produção de vinho em diversas províncias do Império, sendo as de S. Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, sobretudo a primeira, aquelas onde a indústria vinícola está iniciada com vigor. [...] Os viticultores mostram-se muito animados com os resultados que vem obtendo e, cheios de ardor e confiança, estão resolutamente empenhados em ampliar e melhorar as plantações pela cultura das variedades escolhidas e no adotar os aperfeiçoamentos necessários à fabricação do vinho, por enquanto ainda muito rudimentar em várias regiões. Estamos, em suma, diante de indústria que atravessa fase experimental, mas que tamanha pujança ostenta que, com certeza constituirá, em prazo não remoto, fonte copiosa de riqueza [...] (RELATÓRIO DOS NACOP, 1888, p.05-06).

No Rio Grande do Sul, que é o foco deste artigo, Ribeiro (2002, p. 76) assinala que “[...] no final do século passado [XIX], a Região Colonial Italiana, se havia empenhado na especialização de sua produção agrícola: a vitivinicultura”. Na sequência de sua assertiva, a autora corrobora a especialização em vitivinicultura dos imigrantes italianos no RS,

destacando, entre outros, o incentivo do Estado, o domínio da técnica de cultivo das videiras por um grande contingente de imigrantes.

Entretanto, Vander Valduga, em sua tese “Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi – 1870-1960”, contrapõe a referida especialização em vitivinicultura dos imigrantes italianos ao insinuar que a maioria dos imigrantes italianos no Brasil não eram agricultores.

É corrente na literatura da imigração italiana a ligação do colono italiano com o vinho, assim como é corrente o registro de que a grande maioria dos imigrantes italianos que vieram ao Brasil era agricultor. O que ocorreu de fato era que os colonos italianos acabavam mentindo sobre suas profissões às companhias de imigração [...] uma vez que as condições que se encontravam na Itália eram precárias, e os governos imperial e republicano demandava às companhias uma maior parte de agricultores (VALDUGA, 2011, p.100).

De certa maneira, a desconstrução de Valduga em relação ao mito de origem da vitivinicultura na serra gaúcha como algo nato do imigrante italiano é corroborada pelo seguinte trecho extraído, 1º Congresso de Agricultura, ocorrido em 20 de setembro de 1901:

Se os governos entenderem que devem continuar a auxiliar diretamente a introdução de imigrantes, convém que este auxílio aproveite aos que forem introduzidos pelos sindicatos e proprietários agrícolas, por escolha sua ou sob sua responsabilidade, abandonando-se por sua vez, o sistema de imigração por cabeça, sem escolha, sem critério, que indistintamente traz ao país os piores elementos das cidades e vilas europeias (RELATÓRIO DOS NACOP, 1902, p.68).

Leva-se a crer, então, que o imigrante italiano vitivinicultor necessitava de uma qualificação profissional a fim de melhorar suas safras, já que “o desconhecimento agrícola e do clima local, somado às péssimas condições de trabalho, carência de ferramentas e de quaisquer tecnologias inicialmente, fizeram com que as primeiras safras agrícolas tivessem sido praticamente perdidas” (VALDUGA, 2011, p. 100).

3 A formação do vitivinicultor da Serra Gaúcha

Tendo em vista, então, a demanda de qualificação do vitivinicultor no Rio Grande do Sul e, mais especificamente, na Serra Gaúcha, no ano de 1891, inaugurou-se a “Escola Agrícola e Vitícola de Taquary”.

[...] A 18 de Novembro de 1891 tiveram começo os trabalhos da Escola Agrícola e Vitícola de Taquary, contratada com o Dr. Aurélio Benigno de Castilho. Achavam-se inscritos 18 alunos. Na forma do disposto no decreto n.119, de 7 de janeiro de 1890, foram nomeados pelo Diretor o escriturário, os chefes hortícola e agrícola e os



professores do primeiro ano do curso escolar. O Estado subvenciona esta Escola com a quantia de 30:000\$ anuais (RELATÓRIO DOS NACOP, 1892, p.12).

O sucesso da Escola Agrícola e Vitícola de Taquary foi tão bem sucedida que, três anos após sua inauguração, foi aprovado o funcionamento de seu curso superior de Agronomia.

Tem sido executado com regularidade o programa dessa Escola, aprovado por decreto n.119, de 7 de janeiro de 1890. A Diretoria respectiva esforça-se para dotá-la dos melhores e mais aperfeiçoados meios de ensino agrícola, sendo que acaba de ser aprovado o programa e regulamento do curso superior de Agronomia que ali foi recentemente instituído. Este novo curso compreende 4 cadeiras em que se divide o estudo de Física, Química, Botânica, Agronomia, Zoologia, Zootécnica, Economia Rural e Desenho Arquitetônico. A fiscalização da Escola fica a cargo da Diretoria e, na sua falta, será exercida pelo vice-diretor (RELATÓRIO DOS NACOP, 1895, p.29).

A educação profissional é um dos aspectos determinantes para alavancar a economia, mas precisa ser acompanhada de outros investimentos infraestruturais. Além do investimento na educação agrícola e vitícola, vale ressaltar que

[...] em 1900 a Estação Agrônômica de Porto Alegre, importou diversas variedades viníferas da Itália com a intenção de melhorar a qualidade dos vinhos [...] Igualmente, em 1910, foi inaugurado o ramal ferroviário de Montenegro à Caxias do Sul e em Carlos Barbosa foi criado o Entrepasto do vinho, facilitando o escoamento desse produto para Porto Alegre e dali em navios, para São Paulo e Rio de Janeiro. Também entre 1915 e 1919 foram criados os primeiros laboratórios de análise e controle de vinho em Bento Gonçalves, Garibaldi e Farroupilha [...] em 1936, foi criado o Instituto Rio-Grandense do Vinho e, em 1937, o governo federal implantou estações experimentais de enologia em Bento Gonçalves, Flores da Cunha [...] promovendo expressiva importação de mudas de variedades europeias (SOUZA, 2005, p. 17-18).

Tornam-se visíveis, dessa forma, os investimentos do governo federal na melhoria da produção da uva e do vinho, tanto qualitativamente como quantitativamente. Entretanto, a grande colaboração qualitativa em relação à vitivinicultura gaúcha se dá com a implantação da Escola de Viticultura e Enologia, em Bento Gonçalves, pois a profissionalização através da educação sempre foi encarada como solução dada aos problemas tanto da produção como da população. De uma lado, aumenta a oferta de profissionais qualificados em uma determinada área de produção; por outro lado, a profissionalização para estudantes de uma determinada série regular de ensino não obriga os egressos a candidatarem-se a cursos superiores, pois, com esses cursos profissionalizantes, já entrariam no mercado de trabalho.

4 Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves¹

Ciente da necessidade da qualificação da produção vitivinicultora, na data de 25 de abril de 1944, a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, sob a gestão do, então prefeito, Sr. João Mário de Almeida Dentice, assina o Decreto-Lei nº 71, autorizando a aquisição de um conjunto de imóveis no subúrbio da cidade. No mesmo ato, assina o Decreto-Lei nº 72, transferindo para o Governo Federal parte dessa área adquirida (mais especificamente, 341 560 m²) com o intuito de se construir uma Estação de Enologia, subordinada ao Laboratório central de Enologia do Ministério da Agricultura, em Bento Gonçalves.

Dessa forma, a Estação de Enologia de Bento Gonçalves pode ser considerada a gênese da Escola de Viticultura e Enologia na cidade, pois lhe trouxe os primeiros intelectuais do vinho, bem como comprovou que a qualificação, de fato, melhorara sua produção; “em 1948 [...] Bento Gonçalves havia se tornado o principal produtor de vinhos, concentrando cerca de 25% da produção estadual” (VALDUGA, 2011, p. 146).

Mais tarde, na década de 50, sob a administração do prefeito José Mário Mônaco, o então vice-prefeito Loreno Augusto Garcia e o Dr. Childerico Bevilaqua, Diretor da Estação de Enologia de Bento Gonçalves, trabalharam no primeiro projeto da Escola.

Quando Loreno Augusto Garcia alcançou a Prefeitura nas eleições seguinte, apresentou o projeto ao Presidente Juscelino Kubitschek na ocasião de sua visita na Festa da Uva em Caxias do Sul. A partir de então, o Deputado Federal Paulo Mincarone, que mediou o encontro entre o prefeito e o presidente, não mediu esforços para colocar em prática a ideia junto às esferas federais de poder.

Depois de vários empecilhos como, por exemplo, a disputa com Caxias do Sul sobre quem iria abrigar a Escola, o Ministério da Agricultura, através da Lei nº 3646, instituiu a Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves, estando administrativamente diretamente subordinada ao Instituto de Fermentação do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA). A Escola, entretanto, vinculava-se, pedagogicamente, à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), do Ministério da Agricultura.

É preciso ter em mente também que o final dos anos 50 e a primeira metade da década de 60 do século passado é fortemente marcada pelas estratégias populistas do Partido

¹ As informações relativas a este subtópico, em sua maioria, basearam-se em registros avulsos de arquivos antigos do atual IFRS - Câmpus Bento Gonçalves. Como esta pesquisa ainda está no início, o próximo passo será verificar a triangulação destes dados com outros registros vigentes. As informações aqui presentes já desenham diretrizes de futuras pesquisas.



Trabalhista Brasileiro (PTB), mais especificamente a vertente de “petebista” de Leonel Brizola, que, segundo Claudemir de Quadros (2002), acaba adotando a doutrina de Alberto Pasqualini.

[...] o discurso de Brizola se assenta na doutrina pasqualinista, e as ações de seu governo se inserem numa perspectiva desenvolvimentista, especialmente com o sentido de mostrar a viabilidade do projeto contra o subdesenvolvimento [...] Nesse contexto, há duas questões centrais que perpassam o discurso de Brizola: o desenvolvimento e a educação (QUADROS, 2002, p. 92).

É perceptível que *desenvolvimento e educação* estarão de mão atadas, havendo clareza para Brizola de uma interdependência entre estas categorias, verbalizada em suas próprias palavras: “queremos e procuramos o desenvolvimento econômico e só o teremos através da educação” (O NACIONAL *apud* QUADROS, 2002, p. 92). Ou seja, além de uma ligação entre o governo estadual e o nacional, havia uma *vontade política* em se desenvolver uma educação para o desenvolvimento econômico, para a qualificação profissional, como bem explicita os discursos populistas de Brizola.

Além disso, entre 1956 e 1960, o governo de Juscelino Kubitschek, a fim de estimular, direcionar e controlar uma política econômica de submissão ao capital externo, lança o denominado Plano de Metas, totalizando 30 metas, onde uma focava um ambicioso programa de formação de pessoal técnico com o objetivo explícito de atender à demanda vindoura. Ora,

[...] a concessão de ampla liberdade ao capital estrangeiro trouxe como conseqüência a modernização do setor industrial a partir da implantação de fábricas de automóveis, tratores, material elétrico e eletrônico e produtos químicos. É claro que também o ensino profissional teria que se dinamizar e se reequipar para atender a esta expansão do capitalismo brasileiro (MACHADO, 1982, p. 51).

Seguindo, então, as premissas do Estado, em fevereiro de 1960, iniciou-se o funcionamento da Escola, de forma improvisada nas instalações da Estação Experimental de Enologia (atual EMBRAPA Bento Gonçalves), sob a direção de Amyntas de Assis Lage, com o seguinte corpo docente: Osvaldo Rodrigues Camargo (Botânica), Raymundo Luiz Marinho Carvalho (Física), José Alcido Kolling (Português), Loreno José Dal Sasso (Matemática), Antônio Ernesto Pasquali (Desenho Técnico), Pedro Paulo Zanatta (Contabilidade), Paolo Fenocchio (Enologia), Henri Pierre Raffur (Prática De Laboratório), Onofre De Oliveira Pimentel (Viticultura), Carlos Alberto Burnett (Química), Fayez Rosek (Enologia), Emyr Farina (Inglês). No ano seguinte, foram adicionados ao corpo docente Amyntas De Assis Lage (Fruticultura), Fernando Fasolo (QUÍMICA), Haimo Harmuth Fensterseifer (Educação Física) e Ormuz Freitas Rivaldo (Fitopatologia).

É perceptível no currículo supracitado a ausência de disciplinas da área das humanas, o que configura um total descaso com uma formação integral do trabalhador, enquanto ser humano, mas sim à adaptação técnica do trabalhador a uma determinada realidade, ficando os conhecimentos vazios do duplo caráter da educação profissional integral: o da transformação social coletiva e o da transformação humana individual.

Construídas as primeiras instalações da Escola (salas de aula e administração e alguns laboratórios), localizada já na Av. Osvaldo Aranha, esta passa a funcionar em prédio próprio no ano de 1962, sendo ainda as aulas práticas realizadas na Estação de Experimental de Enologia de Bento Gonçalves. No dia 15 de dezembro deste mesmo ano, paraninfados pelo industrial Carlos Dreher Neto, colou grau a primeira turma de Técnicos em Viticultura e Enologia, cujo lema foi “Vis in Labore” (na Força do Trabalho): Adelina Maria Mussoi, Antonio José Grazzia, Delmar Salton, Firmino Splendor, Ivo Siviero, João Cândido Abella Porto, João Vignatti, José Pozza, José Zanella, Leonir Francisco Baldissera, Noeli Gugel, Terílio Possamai, Valdir Camerini e Valdomiro Vicente Fontanive.

Figura 1 – Primeira turma do Curso de Viticultura e Enologia (CVE)



Reverência aos pioneiros: primeira turma formada pelo então CVE, em 1962. Em pé: Terílio Possamai, Delmar Salton (In memoriam), Antônio José Grazzia, Valdomiro Vicente Fontanive (In memoriam), João Vignatti, José Zanella, João Cândido Porto e Leonir Baldissera. Sentados: Firmino Splendor, Valdir Camerini, Ivo Siviero, Aurindo Fontanive, Adelina Mussol e Noeli Gugel. Ausente na foto José Pozza.

Fonte: Acervo do IFRS - Câmpus Bento Gonçalves (RS)

Por ocasião da formatura, foi entregue ao formando Terílio Possamai uma premiação (medalha de ouro) instituída pela empresa Dreher S/A, desde 1960, em homenagem ao seu fundador Carlos Dreher Filho.

Vale ressaltar, numa primeira análise, a quase homogeneização do gênero masculino: 13 homens e uma mulher, bem como a conexão entre educação profissional e empresa; estas tendências vão traçar a identidade da educação profissional brasileira até os dias atuais.

O Quadro 1, a seguir, aponta a cronologia pontual dos acontecimentos da instituição a partir deste momento:

Quadro 1 - Cronologia do CVE a partir de 1964 até 2008

Data	Fato
13/02/1964	Decreto nº 53.558 altera a denominação da Escola para Colégio de Viticultura e Enologia (CVE).
19/05/1967	Decreto nº 60.731 transfere o CVE do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), ficando sob orientação da Diretoria de Ensino Agrícola do MEC. Essa medida se deve principalmente em virtude da LDB 4024/61, que prevê em seu artigo 69, que todo o ensino no Brasil, com exceção do Militar, deve ser da alçada do MEC
25/01/1968	Decreto nº 62.178 autoriza a transferência do Colégio para a Universidade de Caxias do Sul. A diretriz pedagógica, entretanto, permanecia sob a orientação da Diretoria do Ensino Agrícola do MEC. A partir deste decreto, o CVE passa a oferecer também o curso de Ciências Econômicas, como Extensão da Universidade de Caxias do Sul (UCS).
1968	Começaram a funcionar os alojamentos para estudantes, o restaurante e a cozinha da Escola.
1969	Os estudantes criam uma Cooperativa com o intuito de diminuir os custos com a alimentação dos alunos, sendo desenvolvida pelos próprios alunos uma horta na Estação Experimental de Enologia, cuja produção era revertida para auxiliar os gastos na cozinha. Neste mesmo ano, inicia-se o processo de desvinculação do CVE com a Estação Experimental de Enologia, instituição que acolheu o CVE desde suas origens em 1959/60.
1972	Decreto nº 70.606 modifica o artigo 2º do Decreto nº 62.178/68, separando a administração do CVE da UCS. A partir de então, a UCS estava autorizada apenas a utilizar apenas os equipamentos e instalações do CVE quando estes não estivessem sendo usados.
1975	O CVE é vinculado à Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI), subordinada à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura através do Decreto nº 72.434/73. Neste ano, também, implanta-se a habilitação de “Técnico em Agricultura”, bem como a criação do sistema Escola-Fazenda e as Unidades Educativas de Produção (UEPs).
19/03/1979	Inauguração da nova cantina de Vinificação do CVE.
22/04/1979	Para atender ao sistema Escola-Fazenda, foi criada a Cooperativa Escolar de Trabalho do Colégio de Viticultura e Enologia Ltda. (COETAGRI).
30/05/1979	Fundada a Associação dos Servidores do CVE (ASCOVE)
04/09/1979	Decreto nº 83.935 altera o nome do CVE para Escola Agrotécnica Federal de

Data	Fato
	Bento Gonçalves.
29/10/1985	A Lei nº 7390 muda o nome da Escola para Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek (EAFPJK).
26/12/1994	Decreto nº 98979 autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia, sendo iniciado o curso em 3 de março de 1995.
16/08/2002	Decreto Presidencial transforma a EAFPJK em Centro de Educação Federal Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET-BG).
30/12/2008	Lei 11.892 cria o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), transformando o CEFET-BG em um de seus campus, ou seja, o CEFET-BG transforma-se no Câmpus Bento Gonçalves do IFRS

FONTE: Registros avulsos de arquivos antigos do atual IFRS - Câmpus Bento Gonçalves.

5 Considerações iniciais

Propositadamente, contrariando a tradição acadêmica, renomeio este tópico a fim de explicitar que, de fato, este artigo é a primeira expressão desta pesquisa, iniciada em maio de 2012, sendo ainda seus resultados muito incipientes, pois admite-se que ainda falta uma análise mais profícua dos dados aqui apresentados, sendo praticamente um resgate histórico através dos fatos da educação/qualificação profissionalizante brasileira no setor de viticultura e enologia, culminando na Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves (atual Câmpus Bento Gonçalves, do IFRS).

Ressalta-se uma estreita relação entre a educação profissionalizante e o setor produtivo brasileiro desde o Brasil Imperial. O segmento produtivo de viticultura e enologia não foge à regra. A própria legislação educacional brasileira preconiza este aspecto em sua concepção filosófica; isso, quando devidamente aplicado, disponibiliza os conhecimentos técnicos e tecnológicos à disposição do mundo do trabalho, tecendo um discurso centrado nos padrões de qualidade de vida, competitividade e sustentabilidade. É extremamente perceptível a imprescindibilidade e importância da formação/qualificação profissional para o desenvolvimento de qualquer setor produtivo.

Neste artigo, acredita-se ter-se dado os primeiros passos para se defender a tese de que a identidade da Serra Gaúcha no tocante à produção da viticultura e enologia se deve principalmente aos esforços do governo, desde o Império, para se criar tal identidade. Um desses esforços vai desembocar no Câmpus Bento Gonçalves do IFRS, que formou técnicos (desde 1962) e tecnólogos (desde 1998) em Viticultura e Enologia.

LOS COMIENZOS DE LA FORMACIÓN PROFESIONAL EN VITICULTURA Y ENOLOGIA EM LA REGION DE LA SIERRA GAUCHA

Resumen: Existe en el imaginario colectivo la idea de que los inmigrantes de la Sierra Gaucha han traído la tradición y la calidad de la viticultura y la enología de Europa, menospreciar los esfuerzos del gobierno brasileño, ya que el imperio lo que se refiere a la cualificación / formación del segmento productivo de la viticultura y enología en Brasil, por lo que en el objetivo principal de este artículo es tejer la evolución de dichas inversiones, con el paso del tiempo se convirtieron en políticas públicas en educación profesional, tales como el establecimiento de los principios de la educación profesional en Brasil y más específicamente, en la región montañosa de Rio Grande do Sul. Las fuentes de investigación que van desde la legislación y el informe ministerial del Imperio a la República Brasileira los registros antiguos de Câmpus Bento Gonçalves –IFRS. Desmitifica es la vocación innata por lo tanto de los inmigrantes italianos en la producción de uva y el vino, ya que los datos sugieren que esta identidad se forjó en la educación de las políticas públicas. La creación de la Escuela de Viticultura y Enología de Bento Gonçalves es uno de esos ejemplos, cuya actuación en la formación de profesionales en el área en cuestión era crucial para la economía de Rio Grande do Sul.

Palabras-claves: Historia de la educación. Formación Profesional. Viticultura y enología.

Referências

NÓVOA, Antônio. Para uma análise das instituições escolares. In: _____ (Coord.). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992, p. 15-43.

MACHADO, Lucília R. de Sousa. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

MELLO, Loiva Maria Ribeiro de. **Vitivinicultura Brasileira: Panorama 2011**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2012.

RELATÓRIOS DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

POMMER, Celso Valdevino. **Uva: tecnologia de produção, pós-colheita e mercado**. Porto Alegre: cinco continentes, 2003.

QUADROS, Claudemir de. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002.

REAL, Mauro Côrte. **Os bons vinhos do Sul**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. **Festa e Identidade: como se fez a festa da uva**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.



SOUZA, Flávio Abreu de. **Mudanças promovidas no setor vitivinícola do Rio Grande do Sul pela inserção de profissionais especializados nas áreas de viticultura e enologia.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005, 159f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2012.

SOUZA, Julio Seabra Inglez. **Uvas para o Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, 1969.

TAUNAY, Affonso de E. **História geral das Bandeiras Paulistas.** São Paulo: Typographia Ideal H.L. Canton, 1924. V. 1.

VALDUGA, Vander. **Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi – 1870-1960 (RS/BRASIL).** Porto Alegre: UFRGS, 2011, 219f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.